



País não conseguiu controlar a pandemia, vacinação avança lentamente, mas, mesmo assim, presidente quer acabar com a obrigatoriedade do uso da proteção. Ministro da Saúde, porém, diz que utilização compulsória só cairá quando houver condições sanitárias seguras

Bolsonaro força a retirada da máscara

» INGRID SOARES
» MARIA EDUARDA CARDIM

Apesar de o país ainda não ter conseguido controlar a pandemia de covid-19 e de o Rio de Janeiro ter-se tornado o epicentro da variante Delta do novo coronavírus, Jair Bolsonaro voltou a pressionar o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, para a derrubada da obrigatoriedade do uso de máscaras. Segundo o presidente da República, o assunto seria resolvido ainda ontem, mas, ao ser questionado, Queiroga afirmou que a medida só será tomada quando houver “condições sanitárias seguras” para tal, sem indicar nenhuma data. O ministro foi duramente criticado, na semana passada, quando se colocou contra a obrigatoriedade da proteção em entrevista a um canal bolsonarista na internet.

Questionado por jornalistas durante agenda em São Paulo, Queiroga disse que a retirada da obrigatoriedade cairá “quando nós tivermos as condições sanitárias seguras para isso”. Além disso, o ministro disse que se reunirá hoje com Bolsonaro para apresentar os primeiros resultados de um estudo sobre uma possível desobrigação do uso da proteção, encomendado pelo presidente da República ao Ministério da Saúde no início de junho.

“O presidente Bolsonaro tem apoiado todas as ações do Ministério da Saúde, sobretudo a campanha de vacinação, e a consequência disso é o fim da pandemia da covid-19, que es-

Walterson Rosa/MS



Queiroga foi criticado por ser contra a obrigatoriedade da proteção, conforme afirmou em entrevista para canal bolsonarista, na semana passada

peramos que aconteça em breve. Aí poderemos ser livres para ficar sem máscaras e voltar à nossa vida como era antes. Claro que todos nós queremos fazer isso o mais rápido possível, e eu vou conversar com o presidente amanhã (hoje) para apresentar para ele um esboço dos estudos que o Ministério da Saúde realizou desde quando o presidente fez essa demanda”, explicou Queiroga.

A afirmação do ministro veio depois de Bolsonaro indicar, em entrevista à Rádio Nova Regional, do Vale do Ribeira (SP), que pretendia definir uma data, em conjunto com o Ministério da Saúde, para sugerir a desobrigação do uso de máscaras.

“Alguns países do mundo já adotaram (a desobrigação da máscara), liberou geral. Eu pedi

um estudo para o Ministério da Saúde. Hoje (ontem), vamos reunir com o ministro (Marcelo) Queiroga para darmos uma solução para esse caso. A ideia é a seguinte: pela quantidade de vacinados, pelo número de pessoas que já contraiu o vírus. Quem já contraiu o vírus, obviamente, está imunizado também, como é o meu caso. Nós tornamos facultativo, orientamos que

o uso da máscara não precisa ser mais obrigatório. Essa é a nossa ideia, que talvez tenha uma data, a partir de hoje (ontem), para essa recomendação do Ministério da Saúde”, apontou.

Falácia

A afirmação de Bolsonaro não é confirmada por pesquisa científica pois quem contraiu o



novo coronavírus não é considerado imunizado e corre risco de desenvolver formas graves — e até morrer — se pegar covid-19 pela segunda vez. Um estudo, com participação de pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), publicado na revista científica *Cell*, indicou que a variante Delta, já detectada no Brasil, pode aumentar o risco de reinfeções.

Com o esquema vacinal completo contra a covid-19, o risco de infecção, internação e morte pela doença cai, mas, ainda assim, diante da nova cepa — mais transmissível —, os especialistas ressaltam a necessidade da continuidade de adesão das medidas não farmacológicas. Alguns países até precisaram voltar atrás ao desobrigar o uso de máscaras — como os Estados Unidos, que retomaram a recomendação para uso da proteção em ambientes fechados.

Bolsonaro também voltou a dizer que o Supremo Tribunal Federal (STF) retirou seus poderes para agir durante a pandemia. Desde que a Corte decidiu, no ano passado, que estados e municípios tinham autonomia para implementar políticas de enfrentamento à crise sanitária, em conjunto com o governo federal, ele tem atribuído toda a culpa da crise sanitária aos governadores.

Rio anuncia aplicação da 3ª dose em setembro

A secretaria municipal de Saúde do Rio de Janeiro planeja iniciar, já no próximo mês, a aplicação da terceira dose da vacina contra a covid-19 aos idosos a partir de 60 anos que tenham tomado a segunda dose há pelo menos seis meses. Os primeiros a ser atendidos serão aqueles que estão em instituições de longa permanência, como asilos e casas de repouso.

Por recomendação do Comitê Especial de Enfrentamento à Covid-19, da Prefeitura do Rio, a aplicação foi decidida ontem, depois de debater o tema em reu-

nião extraordinária. A vacinação será feita com doses das vacinas Pfizer ou AstraZeneca, independentemente daquela recebida pelo idoso nas duas doses anteriores. O calendário de vacinação será divulgado pela secretaria “dentro de alguns dias”, segundo nota emitida pela pasta — será escalonado, e a previsão é de que se estenda até novembro.

A dose de reforço chega no momento em que a capital fluminense é considerada o epicentro da disseminação da variante Delta do novo coronavírus. De acordo com a última edi-

ção do *Boletim do Observatório Covid-19*, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e divulgado no último dia 19, o cenário epidemiológico do estado do Rio de Janeiro concentra vários casos identificados de covid-19 em decorrência da cepa indiana, além de sinalizar para o aumento da incidência da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

O estudo, por causa disso, defende a importância da aceleração da vacinação de uma forma geral, além do uso de máscaras e do distanciamento físico. “Há, também, uma retomada da cir-

culação de pessoas nas ruas próximas ao padrão anterior à pandemia, devido a uma sensação artificial de que a pandemia acabou, contribuindo para um relaxamento das medidas de prevenção por parte das pessoas e gestores”, afirmam os pesquisadores do *Observatório*.

Sem recomendação

A recomendação da terceira dose feita pelo município do Rio é uma exceção ao que recomenda o Ministério da Saúde — a pasta ainda não indica a aplica-

ção do reforço em idosos e em nenhum outro grupo prioritário. Apesar de já ter indicado que a revacinação começará por pessoas acima de 60 anos e pelos profissionais de saúde, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, indicou que só será oferecida depois do avanço da aplicação da segunda dose. Atualmente, aproximadamente 26% da população brasileira completou o esquema vacinal com a injeção única da Janssen ou as duas de outros imunizantes disponíveis (CoronaVac, Pfizer e AstraZeneca). Queiroga disse que aguarda a

conclusão dos estudos sobre a segurança e efetividade do reforço. “A OMS, hoje (ontem), editou uma posição no sentido de que não se avançasse na terceira dose enquanto a segunda não fosse aplicada na maior parte da população global. Eu contratei um estudo, que está sendo realizado em parceria com a Universidade de Oxford, para que essa terceira seja orientada com rigor científico, baseada em evidências”, observou. (Colaboraram Maria Eduarda Cardim e Gabriela Bernardes, estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi)

MEIO AMBIENTE

16% da superfície de água desapareceu em 30 anos

Em 30 anos, 16% da superfície de água do Brasil desapareceu. No estado mais afetado, Mato Grosso do Sul, mais da metade (57%) de todo o recurso hídrico foi perdido desde 1990 — cuja redução deuse no Pantanal, em um dos biomas mais importantes do país. Todos os biomas brasileiros foram afetados e suas perdas mensuradas em pesquisa inédita do Map-Biomas, projeto que reúne universidades, organizações ambientais e empresas de tecnologia.

Ao todo, 3,1 milhões de hectares de superfície de água sumiram, o equivalente a mais de uma vez e meia de todo o recurso hí-

drico disponível no Nordeste em 2020. Das 12 regiões hidrográficas, oito apresentam os efeitos do desmatamento, da mudança climática e da destruição de mananciais, refletido na crise hídrica que afeta o meio ambiente e a geração de energia elétrica.

Após Mato Grosso do Sul, completam as três primeiras posições da lista Mato Grosso, com perda de quase 530 mil hectares, e Minas Gerais, com saldo negativo de mais de 118 mil hectares. Boa parte dos pontos de maior redução encontram-se próximos a fronteiras agrícolas, o que sugere que o aumento do consumo e a construção de re-

Chico Ribeiro/Comissão Temporária do Senado - 3/10/20



No MS, 57% de todo o recurso hídrico foram perdidos desde 1990

presas em fazendas, que provocam assoreamento e fragmentação da rede de drenagem, trazem prejuízos para a própria produção.

Comissões

A despreocupação do governo federal em relação à preservação

ambiental pôde ser percebida, mais uma vez, ontem, em dois debates no Senado. Sem a presença de representantes do Ministério do Meio Ambiente, enquanto uma comissão discutia soluções para a convergência de interesses da ecologia com os do agronegócio, outra debatia a fiscalização, transparência e controle dos desmatamentos e queimadas na Amazônia.

Na primeira, cujos trabalhos foram conduzidos pela senadora Kátia Abreu (PP-TO), o ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto França, assegurou, entre outras coisas, que o governo federal tem levado adiante políticas de fomento ao uso de insumos biológicos na agricultura. Foi contraditado pela ex-ministra do Meio Ambiente do governo Dilma Rousseff, Izabella Teixeira.

“A implosão da governança pública na área política e ambiental compromete um planejamento de futuro”, salientou.

Já na audiência sobre queimadas na Amazônia, Mônica Sodré, diretora-executiva da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), fez um alerta: “Somos, hoje, o quinto maior emissor de gases de efeito estufa no mundo, 44% das nossas emissões advêm das mudanças no uso da terra”.

A comissão tinha a expectativa de contar com a presença do vice-presidente Hamilton Mourão. Em seu lugar, o coronel Carlos Alberto Sucha, coordenador da Comissão Integradora do Conselho Nacional da Amazônia, buscou dar a versão do governo sobre as ações contra o desmatamento do bioma. (Colaborou Tainá Vieira)